

REFLEXÕES SOBRE A IMPLANTAÇÃO DE UM BANHEIRO MULTIGÊNERO NA GARANTIA A SAÚDE DE PESSOAS TRANS

*Karina Costa da Silva*¹

*Jade Tavares Tartaruga*²

*Larissa Simião Bastos de Quadros*³

*Lêda Glicério Mendonça*⁴

*Michelle Guiot Mesquita*⁵

RESUMO

O banheiro multigênero é um banheiro público inclusivo pensado para a comunidade LGBTQIAPN+. Seu uso é livre para qualquer indivíduo, independente da identidade de gênero. Este debate tem ganhado espaço, e no Brasil, a Resolução nº 12 de 2015 do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos LGBT garante o acesso de pessoas *trans* aos banheiros das instituições de ensino conforme sua identidade de gênero. No IFRJ Campus Realengo a discussão foi disparada pelo NUGEDS (Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual) em novembro de 2022 a partir de um questionário fechado formulado na plataforma *Google forms* e distribuído por e-mail e *Whatsapp* aos participantes da comunidade

- 1 Graduando/a/e do Curso de Fisioterapia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - RJ, Membro do NUGEDS (Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual do IFRJ-CReal, Membro do Grupo de ensino, pesquisa e extensão em Saúde da População LGBTQIAPN+ (GESAP - IFRJ), karinacids@gmail.com;
- 2 Graduando/a/e do Curso de Farmácia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - RJ, Membro do NUGEDS (Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual do IFRJ-CReal, jtartaruga15@gmail.com;
- 3 Graduando/a/e do Curso de Fisioterapia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - RJ, Membro do NUGEDS (Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual do IFRJ-CReal, Membro do Grupo de ensino, pesquisa e extensão em Saúde da População LGBTQIAPN+ (GESAP - IFRJ), lquadros17@gmail.com;
- 4 Professora orientadora do Curso de Farmácia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - RJ: Doutora pelo IOC/FIOCRUZ- RJ, Membro do NUGEDS (Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual do IFRJ-CReal, Membro do Grupo de ensino, pesquisa e extensão em Saúde da População LGBTQIAPN+ (GESAP - IFRJ), leda.mendonca@ifrj.edu.br;
- 5 Professora orientadora do Curso de Fisioterapia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - RJ: Doutora pela ENSP/FIOCRUZ - RJ, Membro do NUGEDS (Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual do IFRJ-CReal, Membro do Grupo de ensino, pesquisa e extensão em Saúde da População LGBTQIAPN+ (GESAP - IFRJ), michelle.guiot@ifrj.edu.br.

acadêmica. Os resultados apurados foram: 94% dos participantes já ouviram falar sobre banheiro multigênero; 84% concordam com a implantação dele, porém somente 53% sabem que a população *trans* pode adoecer pela falta de acesso a um banheiro seguro. Por isso, o foco deste trabalho será apresentar os principais agravos à saúde física e mental desta população pela privação deste direito. O dado é alarmante tendo em vista que essa IES oferece cursos da área da Saúde, sinalizando que a saúde da população LGBTQIAPN+ não é abordada em seus currículos adequadamente. A revisão servirá de base para uma ação de sensibilização da comunidade acadêmica sobre o tema. É importante deixar claro que devemos alimentar debates acerca do banheiro multigênero tanto para implementação e inclusão dos usuários invisibilizados, quanto para tornar os espaços educacionais mais inclusivos e acolhedores.

Palavras-chave: saúde LGBTQIAPN+, banheiro multigênero, nugeds, direitos LGBTQIAPN+

INTRODUÇÃO

A Resolução nº 12, de 16 de janeiro de 2015 (Brasil, 2015), garante a sociedade o acesso ao banheiro de acordo com a sua identidade de gênero, contudo, apesar disso, percebe-se que não há projetos que de fato concedam as pessoas transgêneros e travestis o acesso ao banheiro público de acordo com a sua identidade gênero, garantindo segurança e conforto a esta população e diminuindo o risco de assédio, constrangimento, discriminação e violência cometidas com o uso do banheiro feminino ou masculino pode gerar (Rodrigues *et al.*, 2022).

No cotidiano acadêmico, o uso livre e sem discriminação dos banheiros pela população *trans* é uma pauta crucial para o melhor aproveitamento dos espaços sociais por parte desses indivíduos e os desafios vão desde o respeito pelos pronomes e nome social, até o relacionamento com as pessoas dentro das instituições. Nestes espaços de ambiente escolar e universitário, observa-se grande discriminação, estigma e desconhecimento e por conseguinte, os direitos de todas as pessoas não são preservados da forma como deveriam (Cruz, 2011).

Deste modo, o presente trabalho surge de um levantamento feito sobre a temática da implementação de um banheiro multigênero, ou simplesmente denominado “banheiro individual” realizado pelo Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDS) com o intuito de introduzir essa discussão no âmbito do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), *campus* Realengo (CReal). Este núcleo tem como uma das principais missões garantir o direito da população pessoas Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Polí, Não-binárias e mais (LGBTQIAPN+) de trabalhar e estudar em um ambiente que os acolham sem que exista qualquer tipo de discriminação, de forma a tornar os espaços acadêmicos ambientes de acolhimento e crescimento pessoal e profissional. Os resultados apurados demonstraram que a maior parte dos respondentes informaram saber o que seria um banheiro multigênero, consideraram importante existir na Instituição de Ensino Superior (IES), porém, a metade desconhece os problemas de saúde físicos e mentais que podem ser gerados a partir da privação de banheiro adequado e seguro.

Este último dado é alarmante e o que nos traz preocupação nestes resultados é o fato desta pesquisa ter sido realizada num *campus* dedicado à formação em Saúde, e é corroborado por Bagagli; Chaves e Zoppi (2021) e Lerner (2021) que afirmam que os problemas de saúde originários da dificuldade de acesso aos sanitários seguros não são conhecidos por todos, mas apenas pelos envolvidos de alguma forma, sendo LGBTQIAPN+ ou próximo a estes. Os mesmos autores argumentam ainda que o acesso seguro a banheiros públicos é uma necessidade

essencial para a participação social de todas as pessoas, mas que esse é um privilégio para as pessoas cisgênero. Cervi *et al*, (2020) explicam que o uso de banheiros públicos masculinos ou femininos é evitado por esta população por gerar constrangimento, discriminação e violências muitas vezes, sendo, portanto, uma discussão urgente na interface gênero e saúde, necessitando de atenção ao contexto social e histórico que o engloba.

O banheiro multigênero é um banheiro público inclusivo pensado para a comunidade LGBTQIAPN+, e seu uso é livre para qualquer indivíduo, independente da identidade de gênero e que pode ser implementado como um banheiro de uso individual para o uso privativo. Também pode ser adotado como banheiro de uso coletivo, em que se equipa o lugar com cabines individuais, com um espaço de circulação comum, onde normalmente as pessoas lavam as mãos. De acordo com Gattupalli (2022), em ambientes públicos, o formato coletivo ainda enfrenta resistências, de modo que o formato individual tem mostrado uma melhor aceitação. Em relação à nomenclatura, ainda não há consenso em como se referir, sendo nomeado como “banheiro agênero”, “banheiro neutro”, “banheiro unissex”, “banheiro inclusivo”, ou apenas banheiro individual.

Sobre banheiros, gênero, direitos e Saúde

O banheiro público em um determinado espaço vai caracterizar e definir quem entra nele, promovendo aceitação ou exclusão das pessoas LGBTQIAPN+, já que a conformidade destes espaços pode também ser um instrumento de regulação da heteronormatividade. A heteronormatividade, de acordo com Carvalho; Andrade e Junqueira, (2009, p.20), é caracterizada por valores, normas, dispositivos e mecanismos na perspectiva da heterossexualidade, como a legítima e natural forma de expressão identitária e sexual e deste modo, faz com que a homossexualidade, a transgeneridade e as práticas sexuais não reprodutivas sejam vistas como desvio, crime, aberração, doença, perversão, imoralidade, pecado. Neste contexto, Cervi *et al*, (2020) afirma que para pessoas LGBTQIAPN+, em especial pessoas trans e travestis, muitas vezes, a saída é não usar o banheiro devido a todo constrangimento e insegurança produzida. Estas inseguranças são descritas por Bagagli; Chaves e Zoppi (2021) como resultado de comportamentos transfóbicos que produzem experiências de discriminação como assédio verbal ou agressão física e deste modo, ao evitar o uso dos banheiros, pode acarretar infecção no trato urinário, condições relacionadas ao estresse e aumento de ideação suicida. A negação do acesso a esse espaço, dá sequência à violação de vários

direitos. É preciso lutar contra qualquer forma de exclusão e tornar legítimo o reconhecimento da diversidade.

METODOLOGIA

Esta pesquisa baseou-se numa abordagem qualitativa que tem uma particular relevância quando se pretende estudar as relações sociais advindas da pluralização das esferas da vida (FLICK, 2009).

Os dados foram coletados por meio de um questionário semiestruturado de três perguntas, formulado na plataforma *google forms* e enviado eletronicamente no mês de novembro de 2022, por e-mail e por grupos de *WhatsApp*. Os endereços eletrônicos de e-mails utilizados foram extraídos do sistema acadêmico de servidores e estudantes da instituição, devidamente autorizados pela Direção Geral do Campus. Os grupos de *WhatsApp* foram utilizados como ferramentas para otimizar esse preenchimento.

O questionário buscou captar a opinião da comunidade acadêmica do IFRJ CReal em relação a implantação de um banheiro inclusivo para a população LGBTQIAPN+. As perguntas realizadas no questionário foram: (1) “Já ouviu falar sobre banheiro multigênero ou neutro?”; (2) “Você sabia que pessoas transgênero desenvolvem doenças do trato urinário por não se sentirem seguras a usar banheiro em espaço público?” e (3) “Você concordaria em tentarmos viabilizar ao menos um banheiro multigênero no IFRJ CReal?”.

O Universo da pesquisa foi composto pela maior parte da comunidade acadêmica do IFRJ *Campus* Realengo. Ao todo, a amostra foi constituída de 695 estudantes de graduação ativos, 86 docentes e 49 técnicos administrativos, completando, ao todo, 830 indivíduos.

Foram excluídos da pesquisa colaboradores terceirizados do *Campus*, docentes convidados, estudantes com matrículas trancadas ou em abandono.

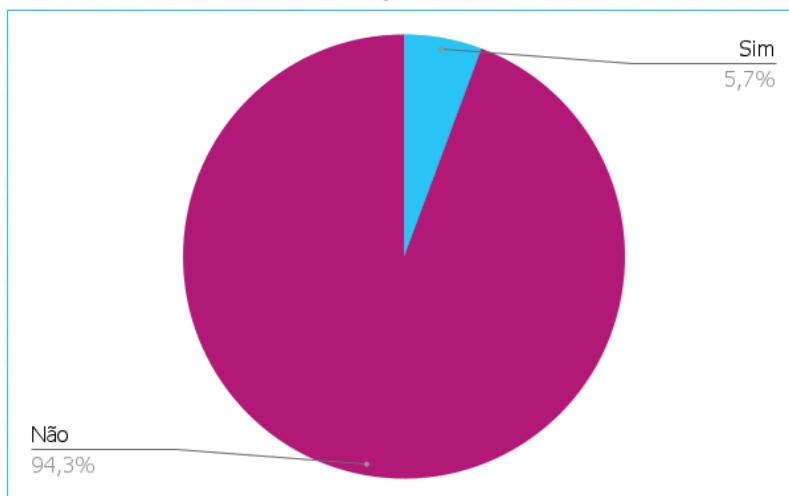
Para a análise dos dados do curso utilizamos o software Microsoft Office Excel, versão 2013, por meio de estatística descritiva. A estatística descritiva tem o objetivo básico de sintetizar valores de mesma natureza, assim, permite uma visão global da variação desses valores, organizando e descrevendo os dados (FLICK, 2009). A presente pesquisa não foi submetida ao Comitê de Ética por se tratar de uma pesquisa de opinião pública com participantes não identificados, que conforme o Art. 1, Parágrafo único, da Resolução Nº 510/2016, não necessitam ser registradas nem avaliadas pelo Sistema CEP/CONEP.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A amostra foi constituída de 106 indivíduos, totalizando 12,8% do total do Universo da pesquisa, em que 12,8% eram docentes (n.11), (4,9%) técnicos administrativos (n. 2) e 13,4% de estudantes (n.93). O baixo índice de respostas é característico de pesquisas de internet, conforme apontam Evan e Mathur (2005, 2018), contudo os autores afirmam que este percentual deve ser considerado abaixo do adequado, para pesquisas desenvolvidas *on-line*. Dessa forma, o resultado pode também apontar para processos que denotam o pouco interesse em se discutir, haja visto a resistência na implantação dos banheiros multigênero pela retomada do conservadorismo no Brasil apontada por diversos autores (Haje, 2020; Metrôpoles, 2021; Farias, 2023).

No que se refere a primeira pergunta foi: “Já ouviu falar sobre banheiro multigênero ou neutro?”, 94,3% participantes disseram que sim (n.100) e 5,7% disseram que não (n.6) (Figura 1). Mesmo que boa parte dos participantes tenham respondido que já ouviram falar, consideramos que esse dado não nos revela fator positivo, pois esse tema foi largamente conhecido e divulgado nos últimos anos por meio de *fake news* sobre o assunto (Farias, 2023).

Figura 1

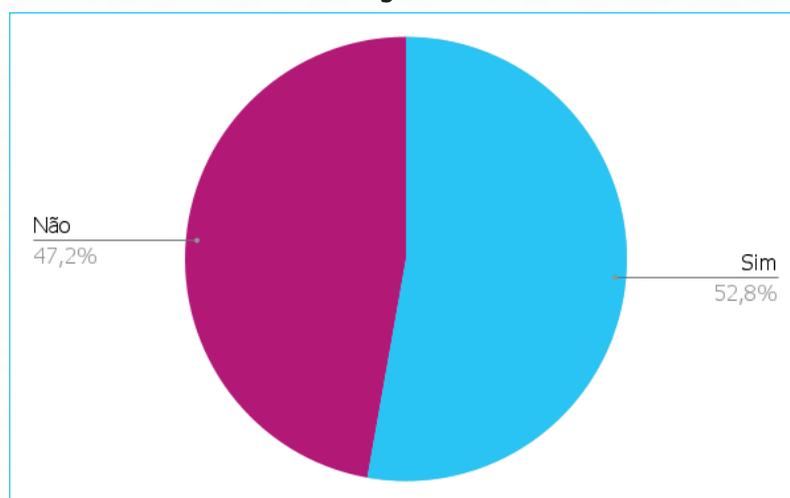


Fonte: autores, 2023

Em relação à segunda pergunta: “Você sabia que pessoas transgênero desenvolvem doenças do trato urinário por não se sentirem seguras ao usar banheiro em espaço público?”, 52,8% participantes disseram que sim (n.56) e 47,2 % disseram que não (n.50) (Figura 2). Tendo em vista que não há registros no IFRJ CReal

sobre a quantidade de pessoas transgênero, pois na matrícula se assume o nome social documentado conforme prevê a lei, deduzimos, por observação empírica, que essa ainda é uma parcela pequena do todo. Essa invisibilidade faz com que os problemas de saúde originários da dificuldade de acesso aos sanitários seguros não sejam conhecidos por todos (Bagagli; Chaves; Zoppi, 2021; Lerner, 2021), mas apenas pelos envolvidos de alguma forma, sendo LGBTQIAPN+ ou próximo a estes, mesmo sendo o IFRJ CReal dedicado à formação em Saúde.

Figura 2



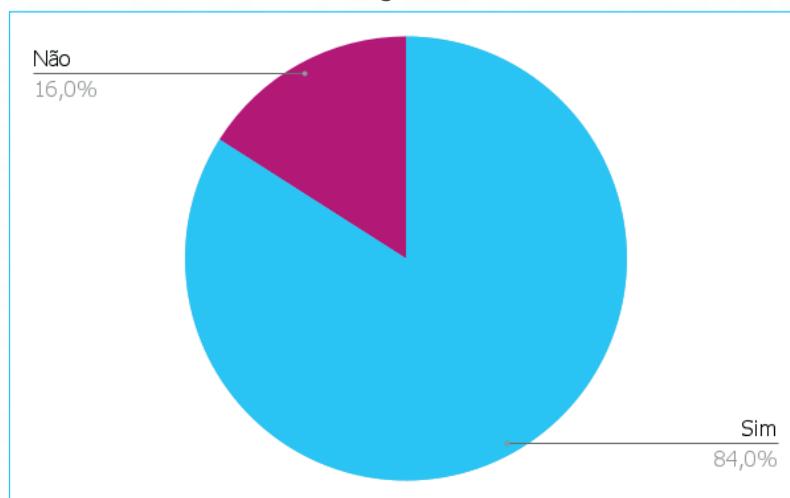
Fonte: autores, 2023

A última pergunta “Você concordaria em tentarmos viabilizar ao menos um banheiro multigênero no IFRJ CReal?” obteve um resultado em que dos 106 respondentes, 84% responderam que sim (n.89) e 16% disseram que não (n.17) (Figura 3). A resposta denota que a maior parte dos respondentes, mesmo que não conheçam a legislação específica, concorda com a inclusão. É importante compreender que a regulamentação que concede tal direito, a Resolução 12 de 2015 (Brasil, 2015) não é mandatória, mas sim de orientação (G1 São Paulo, 2015). Apesar da garantia estabelecida por lei, percebe-se que não há projetos que de fato concedam aos transexuais o acesso ao banheiro público de acordo com a sua identidade gênero, sendo este, uma necessidade para que se sintam bem-vindos e não passem por desconforto ou risco de assédio (Rodrigues *et al.*, 2022).

De acordo com uma pesquisa realizada pelo projeto TransVida, do Grupo pela Vidda (Lisboa, 2022), cerca de 20,4% das pessoas trans que responderam ao questionário referiram que, no ambiente de ensino, já foram proibidas de utilizarem o banheiro conforme a sua identidade de gênero. Já no ambiente de trabalho,

recinto marcado pela dificuldade/ausência de inserção da população trans, 6% das pessoas responderam que já foram impedidos de usar o banheiro correto. Percebe-se que a experiência de frequentar banheiros públicos para aqueles que se enquadram no estereótipo imposto pela sociedade é habitual, mas para aqueles que fogem deste padrão é angustiante.

Figura 3



Fonte: autores, 2023

No que se refere aos agravos físicos causados pela privação de banheiro, os dados do Relatório da Pesquisa de Transgêneros dos EUA de 2015 demonstraram que 90% das pessoas trans que evitavam ir ao banheiro tinham que “segurar” quando precisavam ir, 52% evitavam comer ou beber, 12% desenvolveram infecção do trato urinário e quase 3% tiveram problemas renais. No geral, mais de 6 a cada 10 pessoas trans procuram não utilizar banheiros em ambientes públicos. A privação, além de gerar constrangimento, contribui para questões relacionadas ao trato urinário, pois, deixar de utilizar o banheiro quando há a necessidade é um dos fatores de risco para a infecção urinária, podendo afetar também, bexiga, uretra e rins. Embora a literatura ainda seja escassa sobre esta temática, é de conhecimento que existe uma relação entre “segurar” a vontade de urinar por certo tempo e a infecção do trato urinário (Bagagli; Chaves; Zoppi, 2021; Lerner, 2021).

Além disso, as pessoas trans também podem experimentar condições relacionadas ao estresse devido a esse cenário. Todos esses dados e a falta de estudos aprofundados expõem uma realidade alarmante, pois estas pessoas estão sendo privadas de um direito básico e há necessidade de evidenciar isso. O não acesso a

banheiros públicos pode causar diversos tipos de problemas na saúde mental e física de pessoas *trans*.

No que se refere aos agravos mentais causados pela privação de banheiro, inúmeros fatores levam às pessoas *trans* a evitarem o uso do banheiro público, como, ser percebido como transgênero, ser considerado suspeito ou violento, ter experiências de discriminação como assédio verbal ou ser agredido fisicamente; ou ser questionado sobre estar no banheiro errado.

Toda essa evitação, repercute negativamente na saúde mental e física da população *trans*, ter que “segurar” leva-os a terem infecção do trato urinário, infecção renal, condições relacionadas ao estresse e aumento dos níveis de pensamento e comportamentos suicidas (Bagagli; Chaves; Zoppi, 2021; Lerner, 2021). A problemática de utilizar o banheiro faz com que prefiram passar pela privação a vivenciar uma situação vexatória, violenta, humilhante e preconceituosa nesses espaços.

Conforme ressaltado por Cervi *et al.* (2020), as designações binárias nos banheiros servem como uma fiscalização do sexo biológico, onde genital e gênero são um só, de maneira que os que não se enquadram não tem seus espaços garantidos. O não reconhecimento dessas diferenças estão geralmente ligados à falta de políticas públicas e seguridade de direitos para com as populações transgênero, não tendo sua existência vista como legítima e, portanto, acesso ao básico, como o uso de banheiros para suas necessidades seja algo não garantido (Bonassi *et al.*, 2015).

Assim, há a abertura para diversas violências em um espaço de direitos sanitários associadas à invalidação dessas existências, como o risco de agressões e humilhações por não se enquadrar àquele ambiente aos olhos da sociedade além da possibilidade de serem impedidos de entrar ou retirados à força, o que acarreta medo, insegurança e ansiedade (Cruz, 2011; Cervi *et al.*, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência de frequentar espaços públicos, que para muitos é habitual, para outros é algo angustiante. Em um contexto em que há necessidade de inclusão da população LGBTQIAPN+, há de se questionar o caráter binarista da organização dos banheiros públicos. Surge, então, uma terceira via que difere do binarismo, o banheiro multigênero, ou simplesmente o banheiro individual nos espaços públicos. O Estado brasileiro assegura que todas as pessoas devem receber tratamento igual, independentemente da raça, classe, orientação sexual e identidade de gênero, e atualmente existem iniciativas de parlamentares

progressistas no sentido de garantir direito a todos, indiscriminadamente. Os dados coletados evidenciam que há boa aceitação na proposta de implantação de banheiro multigênero no IFRJ CReal, embora boa parte dos respondentes não tenham o conhecimento dos agravos à saúde que a privação do direito básico de se usar um banheiro adequado e seguro possa causar às pessoas transgênero e travestis. Concluimos que é premente o debate a respeito deste tema tanto para implementação e inclusão dos usuários invisibilizados, quanto para tornar o espaço públicos mais inclusivo e acolhedor e esperamos que este estudo contribua para novas pesquisas, discussões e potenciais desdobramentos em prol da saúde e dignidade da população LGBTQIAPN+.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todos os pesquisadores e membros do NUGEDS Somos IFRJ Realengo e do Grupo de ensino, pesquisa e extensão em Saúde da População LGBTQIAPN+ (GESAP - IFRJ) que colaboraram com todas as discussões e debates acerca do tema e dos resultados obtidos no estudo.

REFERÊNCIAS

BAGAGLI, B. P.; CHAVES, T. V.; ZOPPI, M. G. Trans Women and Public Restrooms: The Legal Discourse and Its Violence. **Frontiers in sociology**, v. 6, 2021.

BRASIL. **Resolução nº12, de 16 de janeiro de 2015**. Estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais nos sistemas e instituições de ensino. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/old/cncd-lgbt/resolucoes/resolucao-012>. Acesso em: out. 2023.

BRASIL. Resolução nº 510, de 7 de Abril de 2016. dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Disponível em: https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html. Acesso em 16/11/2023.

BONASSI, B. C., et al. Vulnerabilidades mapeadas, Violências localizadas: Experiências de pessoas travestis e transexuais no Brasil. **Cadernos de Psicologia**, v. 17, n. 3, p. 83-98, 2015.

CERVI, T. A. N., et al. O banheiro público como dispositivo de gênero. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 13, n. 20, 2020.

CRUZ, E. F. Banheiros, travestis, relações de gênero e diferenças no cotidiano da escola. **Revista Psicologia Política**, v. 11, n. 21, p. 73-90, 2011.

CARVALHO, M. E. P.; ANDRADE, F. C. B.; JUNQUEIRA, R. D. **Gênero e Diversidade Sexual: Um glossário**. 2009. Biblioteca Digital de Materiais Educativos em Gênero, Corpo e Sexualidade (Projeto Iguais Porque Diferentes) - Universidade Federal da Paraíba, Centro de Educação, 2009.

EVANS, J. R. MATHUR, A. The value of online surveys. **Internet Research**, Vol. 15 No. 2, 2005 pp. 195-219.

EVANS, J. R. MATHUR, A. The value of online surveys: a look back and a look ahead. **Internet Research**, Vol. 28 No. 4, 2018 pp. 854-887.

FARIAS, Gabriely. **Banheiro unissex causa pôlemica em estabelecimentos no país**. Jornal Cobaia, 2023. Disponível em: <<https://jornalcobaia.com.br/banheiro-unissex-causa-polemica-em-estabelecimentos-no-pais/>>. Acesso em: 4 set. 2023.

FLICK, U. **Introdução a pesquisa qualitativa**. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

G1 São Paulo. **Aluno transgênero poderá escolher o banheiro e o tipo de uniforme escolar**: Resolução de órgão da Secretaria de Direitos Humanos não tem força de lei. Recomendação inclui uso do nome social nas provas e boletins escolares. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2015/03/aluno-transgenero-podera-escolher-o-banheiro-e-o-tipo-de-uniforme-escolar.html>. Acesso em: 17 nov 2023.

GATTUPALLI, Ankitha. **Projetando a partir do debate: banheiros de gênero neutro**. ArchDaily, 2022. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/984375/projetando-a-partir-do-debate-banheiros-de-genero-neutro>. Acesso em: 9 nov. 2023.

HAJE, Lara. **Projeto proíbe discriminação ao uso de banheiros públicos de acordo com a identidade de gênero**. Câmara dos Deputados, 2020. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/noticias/703034-projeto-proibe-discriminacao-ao-uso-de-banheiros-publicos-de-acordo-com-a-identidade-de-genero/>. Acesso em: 3 set. 2023.

LERNER, J. E. Having to “Hold It”: Factors That Influence the Avoidance of Using Public Bathrooms among Transgender People. **Health & Social Work**, v. 46, ed. 4, p. 260-267, 2021.

LISBOA, Vinícius. **Pesquisa descreve barreiras para acesso de pessoas trans ao emprego**. Agência Brasil, 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-12/pesquisa-descreve-barreiras-para-acesso-de-pessoas-trans-ao-emprego>. Acesso em 5 nov. 2023.

METRÓPOLES. **Aliado de Bolsonaro gera polêmica com banheiro multigênero em McDonald's**. 2021. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/aliado-de-bolsonaro-gera-polemica-com-banheiro-multigenero-em-mc-donalds>. Acesso em: 3 set. 2023.

RODRIGUES, P. L. R., et al. Corpos em Disputa: Experiências de Travestis e Mulheres Trans no Acesso aos Banheiros Públicos. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 22, p. 1458-1478, 2022.